

A ADESG e o controle do campo da educação superior durante a ditadura militar no Brasil: o caso do departamento regional gaúcho*

JAIME VALIM MANSAN**

Nesta comunicação, apresentarei uma breve e introdutória reflexão sobre a colaboração, por parte do departamento regional gaúcho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), no controle do campo da educação superior no Brasil durante a ditadura militar.

Divulgar a doutrina

A ADESG foi criada em 07/dez/1951. Dois meses após Vargas suicidar-se, foi declarada por Café Filho como de utilidade pública (Brasil, 1954). Seu principal objetivo, ainda hoje, é divulgar o pensamento esguiano. De 1963 a 1973, essa meta correspondia aos seguintes pontos:

- a) Congregar os diplomados da Escola Superior de Guerra;
- b) Difundir conceitos doutrinários relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento do Brasil, de acordo com os métodos de trabalho e os estudos da ESG, sem vinculação de qualquer espécie a partidos políticos, entidades, grupos, associações, pessoas ou organizações de qualquer natureza;
- c) *Manter estreitas ligações com a ESG, cuja orientação seguirá quanto aos aspectos de segurança e sigilo;*
- d) Proporcionar aos seus associados atualização com a doutrina da ESG, estimular os trabalhos em equipe e incentivar a máxima cooperação entre todos; e
- e) Cooperar com entidades públicas e particulares em estudos, pesquisas e planejamentos de interesse nacional (ADESG, 1968, p. 2).¹

A partir de 1973, a redação desses objetivos específicos passou a ser:

- I - preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade.*
- II - incentivar, cada vez mais, a amizade e solidariedade entre os seus membros.

* Esta comunicação é uma versão adaptada de uma seção do quarto capítulo de minha tese de doutoramento (Mansan, 2014), em cuja realização tive apoio do CNPq e da CAPES.

** Professor Substituto na Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CNPq). Membro do Grupo Internacional de Pesquisa IBEROAMÉRICA-20. E-mail: jaimemansan@gmail.com

¹ Grifos no original serão aqui apresentados em negrito; grifos em itálico são meus.

III - difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais, observados os métodos de trabalho e os estudos da Escola Superior de Guerra (ADESG, 1977, p. 2).

Até hoje, poucas modificações foram implementadas na definição dos objetivos da associação.² Nisso nota-se uma significativa continuidade ao longo de todo o tempo de funcionamento da entidade. Corroborar tal afirmação o cotejo entre as duas redações vigentes durante a ditadura. Da redação de 1963 para a de 1973, a principal mudança foi a inclusão nesta última da ideia correspondente a seu primeiro objetivo, onde era explicitada a intenção de atuar, de modo complementar à ESG, como um canal de formação ideológica em todo o país, atribuindo a si e à escola uma condição de guardião intelectual e moral nacional. Junto a isso, propunha-se que a ADESG servisse de elo de ligação permanente entre a ESG e seus diplomados, permitindo que estes recebessem da escola reforços e inovações doutrinárias (segundo objetivo). Por fim, o terceiro objetivo da redação de 1973 é aquele que mais claramente evidenciava a ação ideológica - no sentido de difusão da doutrina esguiana - como elemento central do trabalho daquela associação.

Avaliando os materiais produzidos pela ADESG no contexto ditatorial, vemos que aqueles objetivos não eram mera formalidade, mas fundamentavam de fato o trabalho daquela associação (ADESG, 1964, p. 10).

Civis e militares na ADESG nacional

A essência da atuação da ADESG era, portanto, a promoção de atividades para difusão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Os participantes era criteriosamente escolhidos, sobretudo em função de seu potencial para tornar-se um intelectual pró-regime, via de regra a partir de seu perfil político e ideológico e de sua inserção profissional em setores sociais considerados prioritários para aquele projeto de poder, como o empresariado, a alta administração pública e o segmento docente nas universidades.

² Redação atual: “I - preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade; II - incentivar, cada vez mais, a amizade e solidariedade entre os seus membros; III - difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento, com ênfase na Defesa Nacional, observados os métodos e pesquisas da ESG; IV - desenvolver outras atividades de natureza cultural e educacional” (ADESG, s/d-b).

Desde o início da vigência da ditadura militar, a ADESG contou, na divulgação de suas atividades, com o apoio efetivo da grande imprensa e de órgãos de propaganda do sistema de controle. Exemplo disso é o boletim enviado pela Agência Nacional à imprensa em 25/jun/1964, em que era divulgado um curso da associação no qual sugeria-se entrosamento entre empresários e militares (Agência Nacional, 1964).

Outro dado relevante é o perfil dos presidentes da ADESG nacional desde sua criação até o fim da ditadura:

<i>Mandato</i>	<i>Nome</i>	<i>Civil/Militar</i>	<i>Turma ESG</i>	<i>Patente/profissão</i>
1952	C ALTE BENJAMIM SODRÉ	Militar	1951	Contra-almirante
1953	VICE ALTE JUVENAL GREENHALGH FERREIRA LIMA	Militar	1952	Vice-almirante
1954	MAJ BRIG ANTÔNIO GUEDES MUNIZ	Militar	1952	Major-brigadeiro
1955	ENG PLÍNIO REIS DE CANTANHEDE ALMEIDA	Civil	1954	Engenheiro
1956	ENG GLYCON DE PAIVA TEIXEIRA	Civil	1954	Engenheiro
1957	GEN DIV LUIZ CORRÊA BARBOSA	Militar	1950	General-de-divisão
1958	INDL GUILHERME JÚLIO BORGHOFF	Civil	1956	Empresário
1959	GEN DIV JOAQUIM SOARES D'ASCENÇÃO	Militar	1954	General-de-divisão
1960	ENG MANOEL DE MORAES BARROS NETO	Civil	1958	Engenheiro
1961	TEN BRIG INT AER OVÍDIO ALVES BERALDO	Militar	1959	Tenente-brigadeiro
1962	ENG JORGE BHERING DE OLIVEIRA MATTOS	Civil	1960	Engenheiro
1963	V ALTE ANTÔNIO CEZAR DE ANDRADE	Militar	1961	Vice-almirante
1964	ENG EUDES DE SOUZA LEÃO PINTO	Civil	1962	Engenheiro e professor
1965	MAL IGNÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO	Militar	1950	Marechal
1966	GEN EX JOÃO CARLOS GROSS	Militar	1959	General-de-exército
1967	MAL AR JOÃO MENDES DA SILVA	Militar	1953	Marechal-do-ar
1968	ADV JOÃO NICOLAU MADER GONÇALVES	Civil	1955	Advogado
1969	V ALTE ACYR DIAS DE CARVALHO ROCHA	Militar	1958	Vice-almirante
1970	PROF THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS	Civil	1965	professor
1971	GEN EX ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICY	Militar	1951	General-de-exército
1972/1973	ADV ARMINDO CORRÊA DA COSTA	Civil	1963	Advogado
1974/1975	TEN BRIG AR/R NELSON FREIRE LAVANÈRE-WANDERLEY	Militar	1957	Tenente-brigadeiro
1976/1977	PROF FRANCISCO DE SOUZA BRASIL	Civil	1956	professor
1978/1979	ALTE ESQ HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA	Militar	1955	Almirante-de-esquadra
1980/1981	PROF ÁLVARO TEIXEIRA DE ASSUMPTÃO	Civil	1961	professor
1982/1983	GEN DIV ALOYSIO GUEDES PEREIRA	Militar	1966	General-de-divisão
1984/1985	PROF GERALDO HALFED	Civil	1966	professor
1986/1987	MAJ BRIG ENG TERCIO PACITTI	Militar	1978	Major-brigadeiro
1988/1989	MED MOACIR ELIAS	Civil	1982	Médico

Quadro 1 - Presidentes da ADESG nacional (1952-1989)

Observe-se, ao longo de todo o recorte temporal, o costume de alterar civis e militares naquela função. Dentre os civis que ocuparam o posto durante o regime ditatorial, havia cinco docentes.

Eudes de Souza Leão Pinto (Curso Superior de Guerra da ESG - CSG 1962) foi presidente da ADESG em 1964, eleito no ano anterior. Engenheiro agrônomo formado em 1940 pela Escola Superior de Agricultura – ESAP (que depois seria integrada à Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE), assumiu como catedrático de Genética Geral e Aplicada naquela escola a partir de 1943. Foi Secretário de Agricultura de Pernambuco de dezembro de 1952 a janeiro de 1955 (governo Etelvino Lins). Subsecretário e Ministro-Adjunto do Ministério da Agricultura em 1961. Assessor na área de Agronomia e Desenvolvimento Rural nas gestões de Oliveira Brito (Ministério da Educação, 1961-1962), Roberto Campos (Ministério do Planejamento, 1964-1967) e do gen. Afonso de Albuquerque Lima (Ministério do Interior, 1967-1969). Durante o governo Castello Branco, representou o Ministério do Planejamento na comissão responsável pela criação do Estatuto da Terra. Professor Emérito da UFRPE, onde também obteve posteriormente o título de Doutor *Honoris Causa* (APCA, s/d).

Theóphilo de Azeredo Santos (CSG 1965) foi presidente da ADESG em 1970. Professor de Direito na UFRJ de 1959 a 1999. Livre-docente pela UERJ em 1965. Doutor em Direito pela então Universidade de Minas Gerais (depois UFMG) em 1959. Atividade de pós-graduação na Sorbonne em 1955-56. Graduado em Direito pela UMG (1954) (CNPq, s/d). Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros de 1972 a 1974 (Santos, s/d).

Francisco [de Paula Gusmão] de Souza Brasil (CSG 1956) foi presidente da ADESG na gestão 1976/1977. Bacharel em Direito e Doutor em Filosofia, era professor de Direito na Fundação Getúlio Vargas em 1979 e, em 1984, lecionava no já referido Curso de Estudos de Pessoal (CEP), órgão do Exército localizado no Rio de Janeiro. Também em meados dos anos 1980, atuava na Comissão Permanente de Relações Públicas da ESG, integrando ainda o Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. Teria publicado, com base em sua tese, “Fundamentos Científicos da Educação” (Brasil, 1986, p. 30; TRT-AL, s/d).

Álvaro Teixeira de Assumpção (CSG 1961) foi presidente da ADESG na gestão

1980/1981. Talvez tenha sido vinculado à USP, mas não foi possível obter informações seguras a esse respeito.

Geraldo Halfeld (CSG 1966) foi presidente da ADESG na gestão 1984/1985. Professor de Odontologia na Universidade Federal de Juiz de Fora a partir de 1943, em 1969 criou a representação da ADESG em Juiz de Fora. Era um híbrido: fez CPOR nos anos 1940 e seguiu a carreira militar, tendo alcançado a patente de capitão (Pereira, s/d; ADESG-JF, 2007; ABO-JF, s/d).

Atividades

Uma das principais ações da ADESG, como dito, era a promoção de “cursos” e “ciclos de estudos” em diversas regiões do país.³ Tais atividades constituíam o mais importante meio pelo qual a associação buscava alcançar os objetivos previamente comentados. A nomenclatura e a dimensão de tais eventos variou ao longo das mais de seis décadas em que vêm sendo promovidos. “No início eram pequenos ‘ciclos de palestras’ sobre as noções básicas da Doutrina de Segurança Nacional, seguindo os fundamentos da Escola Superior de Guerra”. A partir dos anos 1960, consolidou-se a denominação “ciclos de estudos sobre segurança e desenvolvimento”, mudada para “ciclos de estudos de política e estratégia” após 1985 e para “cursos de estudos de política e estratégia” após 2003 (ADESG, s/d-a). Os “departamentos regionais” passaram a denominar-se “delegacias de estado” a partir dos anos 1970, e a estrutura do órgão central também complexificou-se, surgindo “departamentos” específicos, como o de “cursos” – provavelmente decorrendo daí a troca da denominação das regionais para “delegacias”, de modo a diferenciá-las das subdivisões internas da ADESG nacional.

Mais do que mudanças na nomenclatura, é preciso ter em conta que, também a partir dos anos 1970, com a significativa ampliação da abrangência da ADESG no território nacional, houve um forte incremento e complexificação de suas atividades. Os “pequenos ‘ciclos de palestras’”, com duração média de seis semanas, foram transformados em amplos

³ Michel Silva (2013) analisou o papel dos “ciclos de estudos” da ADESG em Santa Catarina na primeira metade dos anos 1970.



6

cursos, com duração mínima de 90 dias, incluindo de 10 a 12 conferências doutrinárias, palestras de análise conjuntural e atividades em grupo, com produção de trabalhos visando à “aplicação” dos “conhecimentos” obtidos em relação a casos específicos (ADESG, 1973?, p. 4). Cada módulo trataria de um tema específico da DSN. No *IX Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento*, realizado pela ADESG-RS em 1971, por exemplo, foram abordados os seguintes temas: “Objetivos Nacionais Permanentes”, “Política Nacional (conceitos fundamentais)”, “Política Social”, “Segurança Nacional”, “Segurança Interna”, “Ação Política (soluções democráticas)”, “Ação Política (soluções autocráticas)”, “Política Nacional de Desenvolvimento e Segurança”, “O Poder Nacional e suas expressões”, “Metodologia para o estabelecimento da Política Nacional”, “Estratégia nacional”, “As informações e a Segurança Nacional”, “Guerra Revolucionária” e “Logística e mobilização nacional” (ADESG, 1971). O vínculo com a DSN era evidente.

Uma das primeiras ações organizadas pela ADESG-RS, ainda no citado formato dos “pequenos ‘ciclos de palestras’”, foi realizada entre 14 de setembro e 16 de outubro de 1964, em Porto Alegre, contando com a colaboração de outras entidades de difusão ideológica, como o IPESUL (Moraes, 2012). A aula inaugural, reproduzida em pequena brochura pela filial gaúcha do IPÊS, permite que se tenha uma boa noção do conteúdo daquelas atividades (ADESG, 1964).

De início era indicado “que a Nação e o Estado, e, como atividade, o exercício do Governo” seriam “os temas centrais” daquele curso. Seguiu um breve retrospecto histórico com feições evolucionistas sobre o tema da guerra, que funcionava como preparação para a introdução do tema da “guerra revolucionária”:

As armas e meios empregados até a guerra de 1914 a 1918 passaram a ser chamados de **convencionais** porque, acima deles, existem hoje as armas e meios **nucleares**, de imenso poder destruidor e consequências ainda imprevisíveis. E bem mais perigosos ainda são agora os meios **psicológicos**, usados na chamada **Guerra Fria**, que se desdobra, segundo atividades específicas, em várias outras, das quais a mais recente se denomina guerra revolucionária. É a destruição de uma nação por outra, *porém usando os seus próprios filhos como soldados do inimigo, que, se possível legalmente, destroem a estrutura vigente, ocupam e impõem uma nova ordem, em nome do inimigo de sua própria pátria* (ADESG, 1964).

Tratava-se de um processo de construção da imagem do inimigo do regime, em que partia-se de uma definição algo generalizadora do contexto de Guerra Fria - como aquele em

que, “praticamente, metade do mundo luta contra a outra” - para definir um quadro em que a noção de “inimigo interno” se fazia central, na indicação de que a “guerra revolucionária” seria marcada pelo uso dos “próprios filhos” de uma nação “como soldados do inimigo”. Interessante observar também a afirmação de que tal ação ocorreria, “se possível”, “legalmente”: aqui era deixada a brecha para que mesmo a oposição consentida fosse eventualmente caracterizada como “subversão”, conforme as necessidades do momento.

Em outro trecho daquele curso, era afirmado:

A **guerra convencional**, ou aquela onde se empregam armas comuns, é considerada ultrapassada; a **guerra nuclear**, ou **atômica**, é a que o mundo espera para qualquer momento, e a **Guerra Fria**, de onde surgem as modalidades denominadas **guerra psicológica**, **guerra insurrecional**, **subversão** ou **guerra subversiva** e **guerra revolucionária**, tudo isto é *a guerra que o Partido Comunista, em nome da União Soviética, declarou e faz ao mundo inteiro*, como continuação da execução de sua política, publicamente declarada, de *conquista e domínio do mundo*, através [d]a *imposição da doutrina marxista-leninista*.

Esta guerra existe e atua fortemente, aumentando suas conquistas ou influências, fazendo vítimas no mundo inteiro, sem participação ostensiva das Forças Armadas, mas *instalando em cada território livre uma minoria, preparada, subornada e politizada a seu serviço*, cuja finalidade é *desmoralizar, desorganizar, estabelecer o caos, pela destruição da economia, da ordem e do regime*, como meio de alcançar o poder e dominar, e *tudo realizado pelos próprios cidadãos da nação*, onde arregimentam seus agentes, *o que lhes permite atuar dentro da legalidade até o fim* (ADESG, 1964, p. 3).

É de se destacar o recorrente argumento mobilizado na caracterização dos ‘inimigos do regime’: os “subversivos”, via de regra “comunistas” supostamente a serviço da União Soviética, “minorias” que buscariam, “dentro da legalidade”, “alcançar o poder”, “acabar com a ordem” e “estabelecer o caos”.

Após as considerações já comentadas e também depois de apresentar aos alunos em linhas gerais a ESG e a ADESG conforme comentado previamente, uma síntese da DSN era exposta à audiência, caracterizando-a como, “em essência, *o que deve ser ou como deve ser a vida nacional e sua condução*”. Era definida como o conjunto de “princípios, conceitos, processos e métodos” elaborado ao longo de mais de dez anos de trabalho por “homens capazes e realizados, civis e militares, funcionários e empresários”. Seu objetivo seria “permitir realizar, pela *orientação* assegurada e adequada, a formulação de uma política nacional *legítima* e adequada, o planejamento de sua execução racional e *realmente útil* aos

interesses da Nação” e, ainda, “assegurar a *continuidade da ação*, cuja falta é imperdoável e fatal a qualquer realizadora” (ADESG, 1964, p. 11).

Entre 7 de junho e 25 de julho de 1965, a ADESG-RS realizaria em Porto Alegre seu segundo ciclo de estudos. O subtítulo do evento era bastante claro quanto ao conteúdo da atividade: “ciclo de estudos das bases para o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional e de problemas conjunturais brasileiros”. A publicação que serve de fonte para análise da atividade é uma brochura publicada no final daquele ano, com uma síntese e um balanço do evento (ADESG, 1965).

O objetivo daquele ciclo, nas palavras do então diretor da ADESG-RS, Eng. Armindo Beux, era fazer um “chamamento às elites de Porto Alegre para uma jornada de conscientização, de estudo da Doutrina de Segurança Nacional, (...) diante das responsabilidades cívicas que nos são impostas na atual conjuntura brasileira”, com vistas a uma “melhor integração” dessas elites “na sua missão social e profissional” e a “uma perfeita interpretação dos legítimos interesses nacionais” (ADESG, 1965, p. 7).

Um elo entre Estado e sociedade

O elo entre Estado e sociedade que entidades como a ADESG constituíam é claramente indicado pela listagem dos apoios com os quais aquele ciclo contou:

- **Empresas públicas e privadas:** Irmãos Zamprogná S/A., Importação, Comércio e Indústria; Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S/A.; Aços Finos Piratini; Rafael Guaspari – Tecidos Confecções S/A.; Cia. Siderúrgica Riograndense; S/A Viação Aérea Gaúcha – SAVAG; Renner, Hermann S/A. Indústria de Tintas e Óleos; Indústrias Wallig; Usina Termo-Elétrica de Charqueadas; Cia. de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI); Petrobrás (assinada por seu presidente, Ademar de Queiroz); Banco Industrial e Comercial do Sul S/A.; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. (através de sua “diretoria”, sem indicações pessoais); Banco da Província do Rio Grande do Sul; Banco Agrícola Mercantil S/A.; Banco Nacional do Comércio S/A.;

- **Forças Armadas:** III Exército (através de seu comandante, Gen. Ex. Joaquim Justino Alves Bastos); V Zona Aérea (através de seu comandante, Brigadeiro-do-Ar Doorgal Borges);
- **Instituições de educação superior civis e militares:** Escola Naval da Marinha de Guerra; Instituto de Engenharia de São Paulo; *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (através de seu reitor, Prof. José Carlos Fonseca Milano);
- **Associações profissionais e de classe:** Federação das Indústrias do RS (através de seu presidente, Plínio Kroeff); Federação das Indústrias de SP; Sindicato dos Engenheiros do RS;
- **Clube/agremiação:** Jockey Club do Rio Grande do Sul;
- **Órgão da administração pública:** Serviço Estadual de Turismo do RS.

(ADESG, 1965, p. 8-10; 15).

Nas palavras do “doutor”⁴ Carlos Luiz Pereira de Souza, encarregado de apresentar uma apreciação sobre a atividade que representasse a opinião dele e dos demais alunos, aquele curso teria sido “uma verdadeira convocação cívica a homens de cultura e de espírito público para a formação de uma verdadeira elite nacional”, indivíduos que compartilhariam “o mesmo ideal – a grandeza da Pátria” (ADESG, 1965, p. 11).

Dentre os dirigentes da ADESG-RS em 1965, havia cinco militares (gen. div. Augusto Fragoso, brig. ar Doorgal Borges, gen. Isaac Nahon, gen. Humberto de Souza Mello e gen. Amyr Borges Fortes) e três civis (eng. Armindo Beux – diretor da entidade; prof. Sebastião Gomes de Campos e dr. João Gualberto Teixeira de Mello, promotor). A proporção entre civis e militares muda se considerarmos os “adjuntos colaboradores efetivos” (todos civis) que haviam sido integrados após diplomarem-se no I Ciclo de Estudos: eng. David Enzo Guaspari, econ. José Zamprogna, eng. Julio G. A. Bastian, eng. Carlos Taddei e econ. Carlos Gastand Gonçalves. O vínculo da direção da entidade com o campo da educação superior se dava também por meio do prof. Sebastião Gomes de Campos (CSG 1963).

⁴ Via de regra, o tratamento de “doutor” era dispensado nas publicações da ADESG a magistrados, de modo a diferenciá-los daqueles indicados como “advogados” ou “médicos”.

Contudo, se considerados ainda os demais diplomados, volta-se ao predomínio militar, surgindo também outros vínculos com o campo da educação superior:

- **militares:** gen. div. Augusto Cesar de Castro Moniz de Aragão; gen. Afonso de Albuquerque Lima; gen. Carlos Gonçalves Terra; c. alm. Aureo Dantas Torres; gen. José Campos de Aragão; gen. Antônio Jorge Corrêa; gen. Oscar Luiz da Silva; gen. div. Henrique Geisel; gen. div. João Batista Tubino; gen. Antônio Adolpho Manta; gen. Gastão Guimarães de Almeida; cel. av. Leonardo Colares; cel. Ruy de Paula Couto; cap. mar-e-guerra Darcy Carvalho Rocha; cel. Garaldo Kanuck de Souza; cel. av. Labre de Lemos; cel. Walter Pires de Carvalho; cel. Mário Humberto Galvão Carneiro; cel. Hélio Canepa Silva; cel. Luiz Gomes de Almeida; cel. Vespasiano Rodrigues Corrêa; ten. cel. Affonso Celso Bodstein.
- **civis:** *prof. Ney Cassiano Messias*; dr. Paulo Ribeiro Campos.

Com exceção do contra-almirante Aureo Dantas Torres e do capitão-de-mar-e-guerra Darcy Carvalho Rocha, os demais militares e civis eram diplomados pela ESG, no Curso Superior de Guerra ou no Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas.

Participação de membros do campo da educação superior

Ney Cassiano Messias (CSG 1955) era professor da Faculdade de Direito da UFRGS. Foi um dos mais poderosos e ativos membros da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) instituída na UFRGS após o golpe de 1964 para realizar o expurgo dos “subversivos” naquela universidade, no âmbito da já referida “Operação Limpeza”. Partiu dele a sugestão ao reitor José Carlos Fonseca Milano (outro colaborador da ADESG, como visto) de que se adotasse o formato peculiar que aquela comissão de expurgos assumiria, com um representante de cada congregação (com vistas a uma maior aparência de legitimidade para a mesma, segundo pode ser inferido das atas de tal comissão) (UFRGS/CEIS, 1964b). Além de sua liderança na comissão, participou da “Subcomissão D” (que “investigava” as faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Filosofia e a Escola de Artes) e da subcomissão responsável

pela elaboração do regimento da CEIS, juntamente com o prof. Saviniano Marques e o gen. Jorge Garrastazu Teixeira (representante do III Exército na comissão). Messias tentou impor sérios entraves à estratégia utilizada por Lourenço Mario Prunes para afastar-se da comissão. Além de professor, Prunes era magistrado e, indicado que fora para representar a Faculdade de Filosofia na comissão de expurgos, desde o início tentou eximir-se de fazer parte da perseguição aos colegas, buscando, no entanto, não gerar atritos com os demais membros da CEIS. Para tanto, alegou incompatibilidade da atividade na comissão com a magistratura, ao final obtendo sucesso em sua estratégia e sendo substituído pelo prof. Laudelino Teixeira Medeiros, sociólogo que viria a ser, junto a Messias e outros, um dos mais ativos membros daquela comissão, bastante alinhado com as diretrizes ideológicas do novo regime (Mansan, 2009; 2012).⁵

Messias chegou, em outros momentos, a sugerir na CEIS que fossem solicitadas informações ao III Exército e ao DOPS/RS sobre todas as pessoas da UFRGS que estivessem sob suspeita dos órgãos de vigilância (UFRGS/CEIS, 1964a, p. 9-10; Mansan, 2009, p. 105). Atitudes como essas evidenciam o interesse efetivo de alguns membros do campo, como ele, no sentido de colaborar ativamente com a “caça às bruxas” no âmbito da universidade logo após o golpe. Messias, inclusive, chegou a reclamar na CEIS posteriormente, para o gen. Jorge Teixeira, que estaria ocorrendo “demora na entrega dos prontuários solicitados à DOPS e ao III Exército” (Mansan, 2009, p. 107).

Isso nos dá uma ideia do perfil de alguns daqueles intelectuais pró-regime que, atuantes no campo da educação superior, mantinham vínculos com entidades como a ADESG-RS. Nesse sentido, vale observar também a lista de conferencistas do II Ciclo e seus respectivos temas:

Quadro 2 - Conferencistas do II Ciclo de Estudos da ADESG-RS (1965)

⁵ No pré-golpe, Prunes buscava apresentar-se como alguém de “centro”, crítico de “esquerdistas” e de “reacionários”. Cf.: Prunes (1962).

Título	Nome	Conferência	Civil / Militar	Vínculo c/ edu. sup.	ESG	Outros vínculos
Gen. Div.	Augusto Fragoso	Poder Nacional	Militar		CSG 1958	
Dr.	Antônio Saturnino Braga	Aspectos políticos do poder nacional	Civil		CSG 1961	
Eng.	Armando Beux	Economia dos Transportes, Energia e Comunicações – Coordenação Ciência e tecnologia e o poder nacional	Civil		CSG 1962	Presidente ADESG-RS (1965)
Eng.	Arnaldo da Costa Prieto	O problema habitacional brasileiro	Civil		não	
Dr.	Eudes de Souza Leão Pinto	Agricultura e a Segurança Nacional	Civil	Sim	CSG 1962	prof. ESAP/PE; presidente ADESG (1963-64)
Prof.	Fernando Carneiro	Problema sanitário brasileiro	Civil	Sim	não	
Brig.	Homero Souto de Oliveira	Formulação e desenvolvimento da política de segurança nacional	Militar		CSG 1963	
Gen.	Humberto de Souza Mello	Informações	Militar		CI 1959	
Mal.	Ignácio José Veríssimo	Aula inaugural	Militar		CSG 1950	Presidente ADESG (1965)
Mal.	Inácio de Freitas Rolim	Educação para a cidadania	Militar		CSG 1960	
Bel.	João Gualberto Teixeira de Mello	Aspectos psicossociais da segurança nacional	Civil		CSG 1961	
Gen. Ex.	Justino Alves Bastos	A repercussão da Revolução na atual conjuntura nacional	Militar		não	Comandante III Exército (1965)
Eng.	José Baptista Pereira	Transportes	Civil		não	
Alm.	José Cláudio Beltrão	As comunicações e a segurança nacional	Militar		não	
Prof.	José Camarinha do Nascimento	A educação e a segurança nacional	Civil	Sim	CSG 1963	Serviço Educação Adultos SP (1950-1958); representante Min. Interior em grupo de trabalho sobre MOBREAL (1967); prof. EPB mestrado Direito Universidade Gama Filho (1980/81)
Min.	Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira	A Previdência Social no nosso país	Civil		CSG 1951	Ministro inter. Trabalho e Previdência Social (1965)
Prof.	Ney Messias	Segurança Nacional	Civil	Sim	CSG 1955	prof. Direito UFRGS; membro ADESG-RS
Prof.	Omar Gonçalves da Motta	Aspectos econômicos da segurança nacional	Civil	Sim	CSG 1962	Prof. Direito UFPR; interventor no PR (1937-1939)
Cel.	Oswaldo de Araújo Souza	Aspectos militares da segurança nacional	Militar		CEMCF A 1964	
Min.	Roberto Campos	Política econômico-financeira do governo	Civil		CSG 1965	
Cel.	Ruy de Paula Couto	Segurança Interna	Militar		CSG 1959	
Eng.	Silvio Freitas	Energia	Civil		não	

Note-se a presença de cinco professores, dentre eles Ney Messias, cujos vínculos com a UFRGS foram comentados há pouco, e Eudes Pinto, professor universitário em Pernambuco, como indicado anteriormente, mas caracterizado no documento da ADESG como “doutor”. Dentre os temas abordados, dois versavam especificamente sobre educação.

Puglia, em seu estudo sobre a ADESG de Ribeirão Preto nos anos 1970, identificou uma presença considerável (cerca de 11%) de professores universitários nos cursos promovidos por aquela representação da associação. Algumas das monografias desenvolvidas pelos “estagiários” tratavam de questões educacionais, e duas delas “dedicavam-se à análise de institutos de ensino de terceiro grau e propunham uma reavaliação desse tipo de ensino e algumas alterações em sua estrutura” (Puglia, 2006, p. 133-134).

Isso indica que os membros do campo da educação superior também se faziam presentes nas atividades da ADESG como alunos. É importante ressaltar que, dentre eles, havia não apenas professores e estudantes universitários, mas também agentes do sistema de controle atuantes naquele campo, inclusive “assessores de segurança e informações”. Foi o caso do cel. Natalício da Cruz Corrêa, chefe da ASI da UFRGS de 1968 até os anos 1980. O militar foi o “dirigente” da equipe nº 7 da fase prática do VIII Ciclo de Estudos da ADESG-RS, realizado em 1970. Também faziam parte daquele grupo dois professores, um atuante na educação básica (Arnildo Hoppen⁶) e outro na educação superior (Paulo Pereira Louro Filho⁷), e uma estudante (a “acadêmica” Miraci Maria Stefani Guindani⁸). Além deles, a equipe também era composta por dois bacharéis (Washington Vianna Moreira, indicado como elemento de “ligação”, e Leopoldo Aldomiro Pötter), dois economistas (Hélio José de Oliveira e Olmiro Vicente Guindani) e dois médicos (João Antônio Nicolau de Tolentino Becker e Pedro Gus).

Como tema para o estudo de caso demandado por aquela fase do ciclo, a equipe escolheu “ensino médio e superior”. Caracterizavam a educação como “instrumento de

⁶ Professor e diretor no Colégio Sinodal (São Leopoldo/RS) entre as décadas de 1950 e 1970 (Link, 2007; Ex-alunos, s/d; Kerber, s/d; Winter, s/d).

⁷ Professor da Faculdade de Odontologia da Universidade [Federal] do Rio Grande do Sul de 1946 a 1980, onde também atuou como diretor do Centro de Pesquisas em Odontologia Social (1971-1976), diretor da Faculdade de Odontologia (1976-1980) e diretor da Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS (1980-1982). Casado com Juracy Cunegatto Marques, professora de Psicologia na UFRGS e na PUCRS, onde também ocupou cargos diretivos (AGO, s/d; João; Clemente, 1999, p. 206).

⁸ Não foi possível encontrar informações biográficas a seu respeito.

desenvolvimento e fortalecimento da infra-estrutura social”, apresentando elogios e também críticas a aspectos como “a formação indiscriminada de médicos” (“a falta de mercado de trabalho para os egressos das escolas superiores da França” teria sido, em sua visão, “uma das causas da Revolução de Paris, de 1968”) (ADESG, 1970, p. 13). Também analisavam a Reforma Universitária e teciam elogios à inclusão da disciplina de EPB na educação superior, que sustentavam que levaria “os educadores a dirigirem suas energias no sentido de atender as urgentes necessidades educacionais em termos de desenvolvimento” (ADESG, 1970, p. 17).

A presença nos ciclos de indivíduos envolvidos na vigilância do campo da educação superior e com vínculos com o sistema de controle indica a probabilidade de que experiências desse tipo tenham sido compartilhadas entre os potenciais intelectuais pró-regime formados naquelas atividades de difusão ideológica. Ao mesmo tempo, assinala a possibilidade de que as ações da ADESG tenham influenciado diretamente as práticas de controle realizadas no âmbito do campo da educação superior.

Colaborações com entidades análogas

A ADESG contou com decisivo apoio de outras entidades que, assim como ela, promoviam a difusão de uma série de ideias e valores afins aos que fundamentavam a doutrina esguiana. Embora alguns desses órgãos tenham recebido incentivos do grupo que assumiu o poder após o golpe, também houve, após 1964, um razoável grau de espontaneidade na formação daquela extensa e relativamente bem organizada rede, em grande medida em decorrência de afinidades ideológicas entre os grupos. Gradativamente, foram alcançando significativa abrangência nos espaços urbanos de diversas regiões do país.

No Rio Grande do Sul, uma dessas entidades era a Ação Democrática Renovadora (ADR), formada em setembro de 1965 por oficiais militares, professores e estudantes universitários, líderes sindicais, dentre outros. A ideia deles era “criar uma consciência democrática no país” e impedir o retorno da “situação de subversão” que teria marcado a conjuntura brasileira nos meses anteriores a abril de 1964, segundo afirmava Clóvis Stenzel, um dos fundadores da ADR (*apud* Moraes, 2012, p. 70-75).

O caso de Stenzel é representativo tanto do perfil dos integrantes dessas entidades quanto da participação nelas de membros do campo da educação superior. Professor na UFRGS e na PUCRS, jornalista e deputado federal arenista pelo Rio Grande do Sul, Stenzel foi responsável por uma acusação que resultou em condenação a anos de reclusão para Caio Prado Jr. e dois estudantes da USP que o haviam entrevistado para a revista do diretório acadêmico no qual atuavam. A acusação, encaminhada por Stenzel à Câmara dos Deputados e investigada pela Polícia Federal: “incitamento à subversão” (Mansan, 2014, p. 173-174; Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 337-338; Motta, 2014, p. 167).

Desenvolvendo suas atividades no centro de Porto Alegre, na sede do departamento regional gaúcho do IPES, o IPESUL, a ADR permaneceu em funcionamento até 1990. Contando com espaço em rádio e televisão para divulgar suas conferências, também organizava eventos formativos semelhantes aos ciclos da ADESG, para os quais eram convidados, como palestrantes, alguns docentes universitários e oficiais militares vinculados à ESG (Moraes, 2012).

Seis dos fundadores da entidade atuavam à época como docentes na UFRGS ou na PUCRS: Dagmar Souza Pedroso (PUCRS e UFRGS), ir. Elvo Clemente (PUCRS), Homero Jobim, Jacy de Souza Mendonça, Nagipe Buaes e Amadeu da Rocha Freitas (UFRGS). Os três últimos haviam participado, após 1964, da Comissão Especial de Investigação Sumária montada na UFRGS por ordens do ministro da Educação e Cultura. Buaes chegou inclusive a presidir a referida comissão durante a maior parte de sua vigência, e Rocha Freitas foi o único docente a *voluntariar-se* a integrá-la. Jobim foi vice-reitor entre 1972 e 1976 e reitor de 1976 a 1980 (Mansan, 2009; UFRGS, s/d; João; Moraes, 2012; Clemente, 1997, p. 126).

Entidades semelhantes à ADESG e à ADR também promoviam, muitas vezes em regime de colaboração, aquelas atividades formativas em que se faziam presentes alguns dos principais elementos da Doutrina de Segurança Nacional.

Uma dessas entidades era a ADIPES – Associação dos Diplomados do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Como o nome sugere, ela estava para o IPES como a ADESG estava para a ESG (IPES, 1965; Dreifuss, 2006).

Outro era o IFEP – Instituto de Formação e Estudos Políticos (IFEP). Vinculado ao diretório gaúcho da ARENA, tinha, dentre outros, o objetivo de promover atividades como

curso, conferências, simpósios e reuniões de estudos. Embora se tratasse de órgão partidário, cumpria funções análogas às de entidades como a ADESG, a ADR e a ADIPES (IFEP, 1973; Mansan, 2014, p. 254).

Puglia (2006) identificou relativa autonomia da representação da ADESG em Ribeirão Preto/SP em relação à direção nacional da entidade, durante a década de 1970. Moraes (2012, p. 168) percebeu o mesmo em sua análise da regional gaúcha do IPES diante de suas congêneres do centro do país. Junto a isso, verificou forte colaboração entre entidades regionais análogas, como IPESUL, ADR e ADESG-RS.

Considerações finais

Como demonstrou Mathias, a ocupação de postos civis por militares no campo da educação foi menor que a ocorrida em áreas que tinham ainda mais importância para os militares, como o setor de Comunicações (Mathias, 2004, p. 188-189). Mesmo assim, a presença castrense em determinadas funções relacionadas à educação superior, durante contextos específicos, foi decisiva para o controle daquele campo, tanto no primeiro escalão quanto em outros níveis. As escolhas dos nomes de Jarbas Passarinho e Ney Braga para ministros da Educação e Cultura justamente no turbulento contexto dos anos 1970 são emblemáticas disso. O fato de que eram híbridos só reforça a intenção militarizadora da opção: ambos tinham ampla *experiência* no trato com temas civis, mas sua *formação* e seus *valores* de referência eram essencialmente castrenses. Se considerarmos também o conjunto de funções ocupadas por militares em escalões inferiores e no próprio campo da educação superior – incluindo postos chave como a reitoria da UnB, uma das universidades mais visadas pelo grupo no poder – esse processo de militarização e sua contribuição decisiva para o controle daquele campo tornam-se ainda mais evidentes.

Junto a isso, é preciso observar a militarização como “transferência do *ethos* militar para o processo de decisão” (Mathias, 2004, p. 188). A influência da ESG na política educacional nesse sentido foi considerável, tanto pela ação direta quanto por meio da ADESG. Para tanto, o campo da educação superior configurou-se como um importante espaço de recrutamento de intelectuais para aqueles órgãos, tanto entre docentes quanto entre

estudantes universitários - estes vistos como lideranças em potencial. Também daquele segmento social a ADESG recrutava, eventualmente, alguns agentes e colaboradores do sistema de controle social, como assessores de segurança e informações e docentes integrantes de comissões de investigação sumária universitárias.

O exemplo do departamento regional gaúcho da ADESG, considerado aqui como algo representativo das práticas e concepções adotadas por aquela entidade, indica que, desde os primeiros anos da ditadura militar, houve um acentuado aumento das atividades da associação em nível nacional, seja por meio de sua complexificação interna, seja através da significativa ampliação das dimensões de seus cursos e ciclos de estudos. Nesse sentido, tanto a ESG quanto a ADESG parecem ter contribuído de modo significativo para a formação de intelectuais pró-regime atuantes em postos estratégicos no Estado e na sociedade, incluindo as principais instituições do campo da educação superior e do sistema de controle social configurado no Brasil após o golpe de 1964.

Referências bibliográficas

ABO-JF - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA – REGIONAL JUIZ DE FORA. s/d. *Geraldo Halfeld*. Disponível em: <<http://www.abojf.com.br/novo/index.php/diretoria/personagens-da-odontologia/100-geraldo-halfeld>>. Acesso em: 19/jun/2014.

ADESG-JF - ADESG/Representação Juiz de Fora. 2007. *REVISTA DA ADESG/Representação Juiz de Fora*. n. 2, XVIII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia. Fevereiro. Disponível em: <<http://geraldohalfeld.files.wordpress.com/2010/08/adesg-jf-revista-fev-2007-geraldo-halfeld.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014.

ADESG. 1964. *Ciclo de Estudos (Aula Inaugural)*. Porto Alegre: ADESG. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.2 – Textos.

_____. 1965. *II Ciclo de Estudos*: ciclo de estudos das bases pra o estabelecimento de uma doutrina de segurança nacional e de problemas conjunturais brasileiros. Porto Alegre: Livraria Selbach. DELFOS/AIB-PRP. Fundo “Acervo Bibliográfico”, série “Política e Pensamento Político e Social Brasileiro”.

_____. 1968. Estatuto da ADESG. Art. 1º. Apud: ADESG. *A ADESG. Segurança e Desenvolvimento*, ano XVII, n. 130. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.

_____. 1970. Delegacia Regional – RS. *VIII Ciclo de Estudos sobre a Doutrina de Segurança Nacional*. III Fase Prática. Trabalho de grupo. Equipe nº 7. Tema: Ensino Médio e Superior. Porto Alegre. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 – Documentos.

_____. 1971. Delegacia do Estado do Rio Grande do Sul. *IX Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Porto Alegre: s/e. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 – Documentos.

_____. 1973?. Departamento de Cursos. *Programa geral dos cursos da ADESG: Biênio 1973/1974*. Rio de Janeiro: s/e. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 - Diversos, série 3 - Folhetos, subsérie 3.1 - Documentos.

_____. 1977. Estatuto da ADESG. Art. 1º. Apud: ADESG. A ADESG. *Segurança e Desenvolvimento*, ano XXV, n. 167. p. 2. PUCRS/BC/AH/SD.

_____. s/d-a. Cursos de Estudos de Política e Estratégia. *Introdução*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/cursos-de-estudos>>. Acesso em: 19/jun/2014.

_____. s/d-b. *Estatuto da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: <<http://www.adesg.net.br/estatuto>>. Acesso em: 18/jun/2014.

AGÊNCIA NACIONAL. 1964. *Boletim diário à imprensa, 25/jun/1964*. AN-RJ/AN, Lata 393.

AGO - ACADEMIA GAÚCHA DE ODONTOLOGIA. s/d. *Paulo Pereira Louro Filho*. Disponível em: <http://www.acgo.org.br/revista/noticias/louro_curriculo/>. Acesso em: 01/ago/2014.

APCA - ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIÊNCIA AGRONÔMICA. s/d. *Eudes Souza Leão Pinto*. Disponível em: <http://www.apcagronomica.org.br/cms/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=40>. Acesso em: 19/jun/2014.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1985. *Brasil: Nunca Mais - Projeto "A"*. t. III – Perfil dos atingidos. São Paulo. Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais. Armazém da Memória. Disponível em: <<http://www.armazemmemoria.com.br/>>.

BRASIL, Francisco de Paula Gusmão Souza. 1986. *Educação e Segurança Nacional. A Defesa Nacional*, n. 711, jan/fev.1986, p. 17-30. Rio de Janeiro. BIBLIEX/BFD/ADN.

BRASIL. 1954. *Decreto nº 36.359, de 21/out*. Declara de utilidade pública a Associação dos Diplomados da Escola Superior da Guerra, com sede no Distrito Federal.

CNPq. s/d. Currículo Lattes. *Theóphilo de Azeredo Santos*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8249976533122300>>. Acesso em: 19/jun/2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e golpe de Classe*. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

EX-ALUNOS Colégio Sinodal São Leopoldo/RS/Brasil. s/d. Comunidade. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Ex-AlunosCol%C3%A9gio-SinodalS%C3%A3o-LeopoldoRSBrasil/222094737898465?hc_location=timeline>. Acesso em: 01/ago/2014.

IFEP - INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ESTUDOS POLÍTICOS. 1973. *Estatuto*. Porto Alegre: 1973. DELFOS/AIB-PRP. Fundo 5 – Diversos. Série 3 – Folhetos. Subsérie 3.3 - Estatutos de Entidades Diversas.

IPES. 1965. *Carta da Integração (divulgação interna)*. Ano II, n. 14, 10/nov. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC.1.

_____. 1966. Ofício 66/0102. Do gen. Octavio Gomes de Abreu ao dr. José Almeida Rios, diretor da Seção de Segurança Nacional do MEC. Rio de Janeiro, 19/mai. AN-RJ/IPES, Caixa 35, PAC 1.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. 1997. *História da PUCRS - v. II (1951-1978)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. 1999. *História da PUCRS – v. III (1978-1998)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

KERBER, Mario. s/d. *Canal de ideias*. Disponível em: <<http://www.ideiasmariokerber.com/2011/08/agosto-de-1961-lembrancas.html>>. Acesso em: 01/ago/2014.

LINK, Rogério Sávio. 2007. O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização*. São Leopoldo: Oikos. p. 650-661.

MANSAN, Jaime Valim. 2009. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____. 2012. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v.38, n. 1, p. 100-118, jan./jun.

_____. 2014. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*. Tese – Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MATHIAS, Suzeley Kalil. 2004. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação (1963-1990)*. São Paulo: Ed. UNESP.

MORAES, Thiago Aguiar de. 2012. “*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre.

MOTTA, Rodrigo P. S. 2014. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.

PEREIRA, Cléber Bidegain. s/d. DR. CLÉBER BIDEGAIN PEREIRA - Site pessoal. *Discurso de posse Academia Nacional de Farmácia – Prof^a Elvira Gomes Camardella*. Disponível em: <<http://www.cleber.com.br/elviraac1.html>>. Acesso em: 19/jun/2014.

PRUNES, Lourenço Mário. 1962. *Reforma agrária integral*. Porto Alegre: Sulina. DELFOS/AIB-PRP.

PUGLIA, Douglas Biagio. 2006. *ADESG: elites locais civis e projeto político*. Dissertação – Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca.

SANTOS, Theóphilo de Azeredo. s/d. Discurso de posse no Instituto dos Advogados Brasileiros. *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, Ano VI, n. 16, p. 13-20. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-3051.pdf>>. Acesso em: 19/jun/2014.

SILVA, Michel Goulart da. 2013. Modernização e cultura política nos ciclos de estudos da ADESG em Santa Catarina (1970-75). *História e-História*, v. 21/03, p. 1-13.

TRT-AL - Tribunal Regional do Trabalho - Alagoas. s/d. 19^a Região. *Memorial Pontes de Miranda*. Disponível em: <http://www.trt19.jus.br/mpm/secaopatrono/morte_pmiranda/repercussao_morte_jonal_saopulo.htm>. Acesso em: 19/jun/2014.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. s/d. *Relação de reitores*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/relacao-de-reitores>>. Acesso em: 29/jul/2014.

UFRGS/CEIS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Comissão Especial de Investigação Sumária. 1964a. *Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Especial de Investigação Sumária*, 21/maio. p. 9-10. UCS/CEDOC/LTM.

_____. 1964b. *Atas da Comissão Especial de Investigação Sumária, 1964*. UCS/CEDOC/LTM.

WINTER, Gilberto R. s/d. Baú de recordações. *Foto*: Colégio 25 de Julho/Novo Hamburgo [1972]. Disponível em: <<http://www.bauderecordacoes.com.br/foto.php?id=13>>. Acesso em: